

AJ19389



Célia Oliva explicou o Plano Comunitário em Jardim Camburi

Comunidades terão financiamento

O Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) poderá abrir, nos próximos dias, uma linha especial para financiamento do Plano Comunitário da Prefeitura de Vitória. A informação foi dada pela gerente comercial do plano, Célia Oliva D'Andrade, durante a aprovação pelos moradores de parte da rua Carlos Delgado Guerra, em Jardim Camburi, da implantação do plano na rua. Ela será calçada e o serviço será pago pelos próprios moradores.

Segundo Célia Oliva, que é técnica da Emurb da Prefeitura de São Paulo e que está à disposição da PMV, este financiamento do Banestes terá juros mais baixos e será destinado aos moradores de ruas beneficiadas pelo plano comunitário. "A comunidade pede a implantação do plano em sua rua, nós fazemos o orçamento, submetemo-o à aprovação dos interessados e o Banestes financia o pagamento das parcelas", afirmou a gerente.

O plano comunitário é um programa da Prefeitura de Vitória, pelo qual, os moradores de ruas não pavimentadas, podem obter o seu calçamento. "A prefeitura faz o projeto e apresenta o orçamento. Os moradores pagam o serviço. O plano não existe para cobrir obrigações próprias da prefeitura. Ele existe para atender grupos de pessoas que querem ter determinados serviços, que, embora necessários, não estão nas prioridades da prefeitura, ou não estão sendo realizados, em decorrência da falta de recursos no órgão público. Além disso, os que optam pelo

programa vêm o dinheiro aplicado sendo realmente usado, além de exercerem uma fiscalização da obra", afirmou Célia.

O trecho a ser pavimentado na rua Carlos Delgado Guerra, vai do número 980 ao 1130. Ali existem 24 terrenos, sendo que destes, 11, estão vagos e os outros já possuem residências construídas. Segundo João Manoel Cordeiro Filho, a idéia de aderir ao plano surgiu em uma reunião. "Aqui, nós sempre agimos em comum acordo. Soubemos do plano e resolvemos aderir. Procuramos a prefeitura e ela nos atendeu." Questionado se a pavimentação da rua não seria uma obrigação da prefeitura ele respondeu:

— Face à crise por que passa todo o país, os recursos são poucos. Considerando isso, e que nós, os moradores, temos interesse em melhorar a nossa rua, mesmo que para isso tivéssemos que gastar do próprio bolso, resolvemos partir para o plano comunitário da prefeitura. Estamos pagando para termos melhorias", explicou Cordeiro.

Para participar, é necessário que pelo menos 70 por cento dos moradores de uma rua estejam de acordo, segundo explicou Célia Oliva. "A decisão da maioria prevalece sobre a da minoria. É o centralismo democrático, que norteia o plano. É evidente que se entre aqueles 30% que não concordam houver alguém que não puder pagar, seu caso será analisado e encontraremos uma fórmula para essa pessoa pagar a sua parcela no empenhamento".